



The concepts of "Uncertainty" for Austrians and Post-Keynesians. What is behind the debate?

Os conceitos de "Incerteza" para Austríacos e Pós-Keynesianos: O que há por trás do debate?

Los conceptos de "Incertidumbre" para Austríacos y Post-Keynesianos. ¿Qué hay detrás del debate?

Paulo Hora de Andrade III – Mestre em Desenvolvimento Econômico (UFPR). paulo_terceiro@hotmail.com

Palavras-chave:
Incerteza, Escola
Austríaca, Pós-
Keynesianos, O'Driscoll
Jr. e Rizzo, Davidson.

RESUMO

Distintas em vários aspectos, a Escola Austríaca e a Pós-Keynesiana consideram fundamental a ideia de "incerteza". Este trabalho parte de uma perspectiva Austríaca para explicar em que medida a abordagem Pós-Keynesiana falha em entender a ideia de "incerteza", com destaque à formulação de políticas governamentais. Em especial, o trabalho aborda uma tentativa de "conciliação" entre as duas escolas feita por Gerald O'Driscoll Jr. e Mario Rizzo, que gerou um debate entre diversos economistas Austríacos e Paul Davidson, um autor Pós-Keynesiano. Como causa e solução da controvérsia, será destacada a grande influência sobre os autores de *Economics of Time and Ignorance*, a saber, o caráter contestador da teoria de Ludwig Lachmann em relação à própria Escola Austríaca, considerando a incerteza como um fato que inviabiliza a observação de uma efetiva coordenação entre as ações de agentes dispersos.

Keywords:
Uncertainty, Austrian
School, Post-
Keynesians, O'Driscoll
Jr. and Rizzo, Davidson.

ABSTRACT

Distinct in several respects, the Austrian School and the Post-Keynesians consider the idea of "uncertainty" to be fundamental. This work is based on an Austrian perspective to explain to what extent the Post Keynesian approach fails to understand the idea of "uncertainty", with emphasis on the formulation of governmental policies. In particular, the paper addresses an attempt at "reconciliation" between the two schools by Gerald O'Driscoll Jr. and Mario Rizzo, which generated a debate between several Austrian economists and Paul Davidson, a post-Keynesian author. As a cause and solution to the controversy, the great influence on the authors of *Economics of Time and Ignorance*, namely the contentious nature of Ludwig Lachmann's theory in relation to the Austrian School itself will be highlighted, considering the uncertainty as a fact that makes impracticable the observation of an effective coordination among the actions of dispersed agents.

Palabras clave:
Incertidumbre, Escuela
Austríaca, Post-
Keynesiana, O'Driscoll
Jr. y Rizzo.

RESUMEN

Distintas en varios aspectos, la Escuela Austríaca y Post-Keynesiana consideran fundamental la idea de "incertidumbre". Este trabajo parte de una perspectiva austríaca para explicar en qué medida el enfoque post-Keynesiano falla en entender la idea de "incertidumbre", con destaque para la formulación de políticas gubernamentales. En particular, el trabajo aborda un intento de "conciliación" entre las dos escuelas, hecho por Gerald O'Driscoll Jr. y Mario Rizzo, que generó un debate entre diversos economistas austríacos y Paul Davidson, un autor Post-Keynesiano. Como causa y solución de la controversia, se destacará la gran influencia sobre los autores de *Economics of Time and Ignorance*, a saber, el carácter contestatario de la teoría de Ludwig Lachmann en relación a la propia Escuela Austríaca, considerando la incertidumbre como un hecho que inviabiliza la observación de una efectiva coordinación entre las acciones de agentes dispersos.

Recebido em: 23-jul-2018

Classificação JEL: B53; E12; D81

Aprovado em: 25-set-2018

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a analisar, a partir de uma perspectiva Austríaca, a abordagem Pós-Keynesiana ao conceito de "incerteza" e a sua importância na concepção de realidade econômica. Para esse fim, será construído um diálogo a partir dos livros *Financial Markets and the Real World*, de [Davidson \(2002\)^a](#), e *Economics of Time and Ignorance*, de [O'Driscoll Jr. e Rizzo](#)

(1996)^a, publicado em 1985, bem como da crítica feita por [Davidson \(1989\)^a](#) a este livro e do debate gerado com outros autores a partir dela.

Antes de chegar ao referido diálogo, este trabalho abordará as diferenças metodológicas presentes nas origens de ambas escolas de pensamento, com [Menger \(1976\)^a](#), [Mises \(2004\)^a](#) e Hayek ([1948^a](#); [1967^a](#); [1979^a](#)), a partir da primeira seção, no caso da Escola Austríaca, e [Keynes \(1936\)^a](#), a partir da segunda seção, no caso do pensamento Pós-Keynesiano. A terceira seção trata mais especificamente do conceito de “não ergodicidade”, muito abordado por Davidson, já traçando uma comparação mais direta entre os Pós-Keynesianos e os Austríacos. Na quarta seção, essa comparação segue, mas com maior ênfase nas divergências internas na Escola Austríaca sobre a questão da coordenação entre os agentes em uma realidade que considera a incerteza e como o pensamento de Shackle se insere nesse particular. Finalmente, a quinta seção aborda o debate que Davidson travou com diversos Austríacos a partir da abordagem sobre a incerteza presente no livro de [O'Driscoll Jr. e Rizzo \(1996\)^b](#).

Como [Davidson \(2002\)^b](#) define, o conceito de Realidade Imutável com limitação no conhecimento (A tipo 2), isto é, em que o futuro é pré-determinado no curto prazo, mas é desconhecido pelas pessoas, é diferente do conceito de Realidade Transmutável (B), isto é, em que alguns aspectos do futuro serão criados pela ação humana de hoje ou do futuro. Para o autor, o conceito B representa uma oposição mais consistente do que o A tipo 2, ao postulado Neoclássico de certeza perfeita ou atuarial, que se encaixaria no conceito A tipo 1.

Tabela 1 – Quadro de Davidson para conceito de realidade econômica externa

Conceito	Exemplos de Teorias
A. Realidade Imutável (sistema ergódico) Tipo 1: No curto prazo, o futuro é pré-determinado e conhecido por todas as pessoas do modelo.	Modelos clássicos de certeza perfeita; Equivalentes de certeza atuarial (expectativas racionais); Modelos Novo Clássicos; Algumas teorias Novo Keynesianas.
A. Realidade Imutável (sistema ergódico) Tipo 2: No curto prazo, o futuro é pré-determinado, mas não completamente conhecido por todas as pessoas no modelo devido a alguma limitação no custo de processamento de informação e no poder de computação.	Teoria da Utilidade Esperada de Savage; Algumas teorias Austríacas; Alguns modelos Novo Keynesianos (Teorias de Informação Assimétrica e Falhas de Coordenação); Teorias do Caos, Manchas Solares e Bolhas.
B. Realidade Transmutável ou Criativa (sistema não ergódico). Alguns aspectos do futuro econômico serão criados pela ação humana de hoje ou do futuro.	Teoria Geral de Keynes; Teoria Monetária Pós-Keynesiana; Escritos de John Hicks pós-1974; Teorias Velho Institucionalistas; Análise de experimento crucial de G.L.S. Shackle.

Fonte: Davidson (2002) (tradução nossa)

Em seu livro, [Davidson \(2002\)](#)^c não dedica muito espaço para explicar o porquê de a abordagem Austríaca (“algumas teorias Austríacas”) em relação à realidade econômica externa receber uma classificação diferente da Neoclássica, deixando em aberto a possibilidade de interpretação de que ela pode ser uma oposição tão consistente quanto a de Keynes e dos Pós-Keynesianos ou até melhor, o que, de fato, já havia sido defendido por [O'Driscoll Jr. e Rizzo \(1996\)](#)^c, que, inclusive, deram créditos a Keynes e aos Pós-Keynesianos por, em sua interpretação, compartilhar desse mesmo objetivo da Escola Austríaca.

Na revisão do livro de O'Driscoll Jr. e Rizzo (1996), [Davidson \(1989\)](#)^b rejeita as afirmações dos autores sobre uma possível aproximação entre as escolas no sentido de incluir a incerteza na abordagem da realidade econômica, pois, ao seu entender, o método Austríaco não possibilitou a seus membros romper com a concepção Neoclássica de forma satisfatória, argumentando que, como, para os Austríacos, a competição desencadeia um processo de descoberta, ela terá um papel essencialmente coordenador no longo prazo, direcionado a um equilíbrio ótimo, caso não haja mais mudanças. Essa abordagem, portanto, não seria condizente com as hipóteses Pós-Keynesianas de não-ergodicidade e incerteza não probabilística.

Diferentemente do que considera sobre os Austríacos, Davidson (2002) classifica a “análise de experimento crucial de G.L.S. Shackle” na categoria de realidade econômica externa (conceito B), a mesma em que estão os Pós-Keynesianos. Por isso, neste trabalho, um pouco do conceito de “mundo caleídico” de Shackle (ano) será mencionado a partir de sua influência em Lachmann ([1973](#)^a; [1977](#)^a; [1986](#)^a), um economista Austríaco que propôs uma mudança de paradigma na abordagem dessa escola e apresentou discordâncias com alguns de seus principais expoentes, notadamente com [Kirzner \(2015\)](#)^a.

Para entender o conceito de incerteza e suas implicações para os Pós-Keynesianos, há de se explicar as ideias de “preferência por liquidez” e “não neutralidade da moeda” no ponto de vista dessa escola de pensamento, comparando-as com a teoria monetária Austríaca e como ambas buscam romper com os fundamentos Neoclássicos. A hipótese inicial é que, como a abordagem Pós-Keynesiana sobre o papel das instituições no enfrentamento da incerteza tem caráter positivo e constitui um chamado à intervenção do governo, enquanto a abordagem Austríaca foca mais nas consequências não previstas, assumindo um caráter predominantemente negativo para a intervenção, a última seria mais coerente que a primeira com a ideia de “incerteza”, expandida dos indivíduos para o governo. Em suma, este trabalho questiona o quadro de Davidson (2002) e sua intenção de minimizar as diferenças entre a abordagem Austríaca e a Neoclássica à realidade econômica.

1 APRIORISMO X HISTORICISMO

O início da Escola Austríaca remonta ao trabalho de [Menger \(1976\)^b](#), quando passou a ser reconhecido como um dos pioneiros na abordagem marginalista à teoria do valor. [Menger \(1976\)^c](#) explica os princípios dos fenômenos econômicos a partir da consideração das ações de agentes individuais, dos meios escolhidos e dos fins a que visam. Justamente por essa proposta, Menger protagonizou, no início do século XX, o chamado *Methodenstreit*, que foi a batalha de métodos entre a nascente Escola Austríaca e a Escola Histórica Alemã, pois seu individualismo metodológico baseava-se no apriorismo teórico, o que contrariava o método da Escola Histórica Alemã¹, que considerava que a formação de uma teoria seria consequência da observação histórica.

A importância de se enfatizar o contexto do surgimento da Escola Austríaca está precisamente nessa discussão do método e no que a diferenciaria da linha de pesquisa Pós-Keynesiana, apesar de ambas terem se desenvolvido como tentativas de se construir uma alternativa ao pensamento *mainstream* da ciência econômica². Os principais contrapontos utilizados na consolidação de ambas as abordagens foram o Equilíbrio Geral e o princípio do *Market Clearing*, que não levam em conta o processo de mercado e os elementos que influenciam na tomada de decisão, como incerteza e expectativas. No entanto, diferentemente da linha Pós-Keynesiana, a Escola Austríaca, desde Menger e, mais claramente, a partir de Mises³, entende que, mesmo em um cenário de incerteza, é possível derivar teorias sobre a ação humana com certeza apodítica, isto é, não hipotética, ainda que os níveis dos resultados sejam incertos e só possam ser especulados pelo agente, de acordo com seu “entendimento”.

[Mises \(2004\)^b](#), ao incorporar a incerteza inerente à ideia de “processo”, explicou a tendência, nunca concretizada, de o mercado atingir um estado de equilíbrio como o resultado de ações racionais. A distinção dessa visão entrou em maior evidência durante as décadas de 1920 e 1930, quando Mises protagonizou o chamado “debate do cálculo econômico socialista”, no que foi seguido por Hayek nas décadas de 1930 e 1940, consolidando, a partir de então, uma oposição mais consistente à abordagem Neoclássica do Equilíbrio Geral, que, naquela época, fez com que muitos economistas tentassem demonstrar a possibilidade teórica de um sistema de planejamento central⁴.

1 Sobre o *Methodenstreit*, ver a introdução de [Boettke \(2010\)](#).

2 Para mais detalhes sobre as semelhanças metodológicas entre Austríacos e Pós-Keynesianos e de que maneira ambos se opõem aos Neoclássicos, ver [Caldwell \(1989\)](#).

3 Sobre o conceito de certeza apodítica, teoria *a priori* e entendimento, ver o capítulo II de [Mises \(2004\)^c](#).

4 Para detalhes desse debate, ver [Barbieri \(2013\)](#).

De acordo com [Carvalho \(2008\)^a](#), um autor Pós-Keynesiano, o citado debate levou a um quase consenso em torno da ideia de que, embora concebível teoricamente, não haveria possibilidade prática de algum mecanismo centralizador reunir todas as informações necessárias para a decisão econômica eficiente. Ainda assim, [Carvalho \(2008\)^b](#) ressalta que isso não justifica a conclusão de que seria economicamente mais eficiente permitir que os mercados operem da forma mais livre possível, sem espaço para a intervenção do Estado, pois o argumento de Keynes estaria em outra esfera: Por que uma economia moderna não seria capaz de utilizar plenamente seus recursos disponíveis?

Nesse particular, observa-se que, ao partir do entendimento de que existem “fatores de produção desempregados” e que uma suposta “mobilização” por parte do governo poderia direcionar a economia ao “pleno emprego”, [Carvalho \(2008\)^c](#) sugere que a “incerteza” e a informação “imperfeita”, conceitos ignorados pela classificação A tipo I na tabela de Davidson (2002), só existem para agentes dispersos, mas não para o Estado, que, como um órgão central que conhece o equilíbrio ótimo não atingido, poderia direcionar o sistema a ele. Portanto, ainda que diferencie “alocação” de “mobilização”, Carvalho (2008) aceita parcialmente os argumentos dos adversários de Mises e Hayek no referido debate.

Ainda sobre as diferenças metodológicas entre as duas tradições, observa-se que [Gerrard \(1997\)^a](#), outro autor Pós-Keynesiano, caracteriza a metodologia de Keynes como uma tentativa de separar a investigação econômica entre os objetivos “teórico” e o “prático”, sendo que o primeiro consistiria na explicação de fenômenos observados e o segundo na prestação de aconselhamento aos políticos sobre o curso de ação mais adequado em cada situação. Adicionalmente, [Gerrard \(1997\)^b](#) explica que o *General Theory of Employment, Interest and Money*, livro mais famoso de Keynes, é um trabalho teórico que fornece o fundamento explicativo para resolver o problema do “desemprego involuntário”, de modo que “o objetivo prático motiva o teórico”.

Nessa explicação, [Gerrard \(1997\)^c](#) sugere que a constatação de que os objetivos práticos motivam a teoria, o que não seria desmentido por nenhum economista Austríaco, leva à conclusão de que a teoria é desenvolvida a partir dos dados da realidade. Em contraponto, na perspectiva Austríaca, a dedução consiste na seleção dos elementos significativos para explicar eventos reais, de forma que o avanço do conhecimento seria tanto dedutivo quanto indutivo, ou seja, ainda que fosse válida *a priori*, a teoria só seria útil ao trabalho do economista se pudesse explicar a realidade⁵.

5 Sobre metodologia Austríaca, ver [Leeson e Boettke \(2006\)^a](#).

É essa, completamente distinta em relação à Austríaca, abordagem Pós-Keynesiana ao método de investigação da ciência econômica que está na raiz das diferentes maneiras de inserir o conceito de “incerteza” nas teorias das duas escolas, conforme será retomado mais adiante neste trabalho. Em complemento à visão de Gerrard, observa-se que [Bresser-Pereira \(2009\)^a](#) defende que o método de Keynes se diferencia do dos Neoclássicos justamente por ser histórico, em vez de hipotético. Defendendo o método histórico, [Bresser-Pereira \(2009\)^b](#) argumenta, então, que o método hipotético não é adequado para a análise e a previsão do comportamento dos sistemas econômicos.

Em contraponto a essa separação rígida e binária, destaca-se a proposta de [Leeson e Boettke \(2006\)^b](#) de entender a investigação econômica como uma divisão em três partes: teoria pura; teoria institucionalmente contingente; e história econômica e análise estatística. Assim, o caráter que [Bresser-Pereira \(2009\)^c](#) chama de “hipotético” da rejeição ao método histórico pode ser mais bem descrito como a reflexão sobre os axiomas deriváveis da própria estrutura de pensamento do homem (teoria pura), seguido do questionamento sobre a adequabilidade desses axiomas para entender diferentes sistemas (teoria institucionalmente contingente) e a observação específica da situação concreta (análise histórica e estatística).

Desse modo, aceitando-se a classificação de Keynes e dos Pós-Keynesianos como seguidores do método “histórico”, é possível entender que, ainda que buscando no mesmo conceito de “incerteza” uma oposição própria ao paradigma Neoclássico, os Pós-Keynesianos atribuem essa característica apenas aos agentes individuais, mas não ao investigador, que, como se possuísse uma “supermente⁶”, poderia identificar, a partir da observação da realidade, todos os dados necessários para prever e indicar o melhor caminho para o sistema. Assim, fica esboçada a diferença entre as escolas Austríaca e Pós-Keynesiana no tratamento do conceito de “incerteza”, ficando para os capítulos seguintes o aprofundamento das consequências dessa distinção e a observação de como ela é entendida pelos próprios autores das duas tradições.

2 INCERTEZA NA TEORIA GERAL

Em sua Teoria Geral, [Keynes \(1936\)^b](#) usa o termo “incerteza” para explicar como um indivíduo decide alocar sua renda entre consumo e poupança. De acordo com [Keynes \(1936\)^c](#), a primeira decisão é sobre o consumo e a outra é sobre a forma em que será conservado o poder de comando sobre o consumo futuro, de modo que ambas estariam sujeitas a considerações sobre o

6 Sobre o conceito de “supermente”, ver o cap IX de [Hayek \(1979\)^b](#).

futuro, considerado incerto. Keynes (1936) destaca essa influência das expectativas quanto a um futuro incerto para descrever os efeitos depressivos da redução do consumo sobre a atividade econômica e o nível de emprego, pois, para o autor, ela implica uma redução da “Eficiência Marginal do Capital”, isto é, a expectativa de receita com a venda de bens de consumo em relação ao preço de oferta presente dos bens de capital.

Bresser-Pereira (2009) denominou essa abordagem de “método dos fatos históricos novos”, em que o pesquisador parte do pressuposto de que o conhecimento existente sobre uma determinada realidade econômica pode ser considerado razoavelmente satisfatório até o momento em que fatos históricos novos vieram a alterá-lo. Dessa forma, Bresser-Pereira (2009) argumenta que o método originalmente empregado por Keynes para explicar as flutuações cíclicas e estabelecer as bases da macroeconomia parte da observação de rupturas e da necessidade de se desenvolver novas explicações sobre regularidades entre as variáveis econômicas relevantes.

Novamente, o conhecimento dos fatos por parte do economista ou do governo não é questionado, enquanto o conhecimento disperso dos agentes é tratado como incapaz de se adaptar a essas mudanças em um sentido coordenador por meio do sistema de preços ou de outras instituições. Quando Keynes constata o caráter recessivo da poupança como consequência da não utilização de todos os recursos para o investimento, o que estaria ligado à preferência pela liquidez por parte dos agentes, ele considera o processo de mercado como incapaz de promover essa coordenação, enquanto a “supermente” do governo estaria imune à incerteza presente nesse processo, ou menos perturbada por ela.

Uma vez que os agentes optam por conservar sua poupança em forma de dinheiro ou de outros ativos líquidos para estarem preparados a liquidar eventuais pagamentos futuros, eles precisam de um motivo para renunciar à poupança líquida e decidir investir. Nesse sentido, Keynes (1936) define três motivos que justificam a atitude de reter moeda: a necessidade de cumprir operações correntes de trocas (motivo transação); o desejo de segurança com relação ao equivalente do valor monetário futuro de parte dos recursos (motivo precaução); propósito de obter lucros por saber melhor o que o mercado o que trará o futuro (motivo especulação⁷).

Esses três motivos explicam como, para Keynes (1936), em uma economia monetária, não apenas o futuro é determinado pelas ações dos agentes no presente, mas também o próprio presente é influenciado por expectativas em relação ao futuro, o que o levou a caracterizar a taxa de juros como um fenômeno “altamente psicológico”. Visivelmente, ainda que evitando o termo

7 Em particular, sob uma perspectiva Austríaca, a teoria Keynesiana desconsidera que, no motivo transação, a própria atitude de reter moeda faz com que os ativos cujo valor é especulado sejam valorizados, o que, em si, provocaria a redução da demanda por moeda e a renúncia à liquidez, ainda que o sistema não se dirija ao equilíbrio inicial.

“psicológico”, essa descrição do presente em nada contradiz a de Mises (2004), [Hayek \(1948\)^b](#) e qualquer outro autor da Escola Austríaca, visto que a visão do mercado como “processo” e da competição como “descoberta” contém a ideia de ação “especulativa”, isto é, que visa a um estado futuro desconhecido.

No entanto, enquanto a abordagem de Keynes sobre a incerteza sustenta sua crítica ao conceito de agente racional e à crença de que as forças internas do mercado poderiam provocar uma coordenação condizente com o objetivo de “pleno emprego” dos fatores de produção, a abordagem Austríaca reconhece o mercado não obstruído como a melhor forma de os agentes usarem sua informação específica para coordenar infinitas possibilidades de capital, visto como heterogêneo, de modo a produzir os bens e serviços mais condizentes o possível com os diferentes planos dos agentes, o que não poderia ser feito de acordo com uma visão simplificada de capital homogêneo a ser empregado em sua plenitude⁸.

Destaca-se, ainda, que Keynes (1936) argumenta que o aumento da oferta monetária, e a conseqüente desvalorização da moeda, reduz a preferência por liquidez dos agentes, ou seja, faz com que eles aumentem seu gasto presente, gerando aumento dos níveis de emprego, investimentos e renda. Essa conclusão foi a base da teoria Keynesiana sobre política monetária em situações em que se observam “recursos escassos”, o que seria a raiz do debate entre Keynes e Hayek sobre os ciclos econômicos e as conseqüências da política monetária⁹.

Nesse debate, Hayek argumentaria que a manipulação do crédito por parte do banco central para reduzir a taxa de juros causaria um alongamento na estrutura de produção, que, diferentemente do caso em que essa redução é conseqüência de decisões individuais de aumento na poupança, não seria sustentável. Com Keynes considerado “vencedor” no debate, o princípio da “Demanda Efetiva”, isto é, de que o encontro entre a Oferta e a Demanda Esperada determinam o investimento, a renda o nível de uso dos fatores de produção, surge como conseqüência natural da diferente consideração da incerteza por parte de Keynes em relação a Hayek e a toda a Escola Austríaca, o que será mais bem explicado no próximo capítulo¹⁰.

8 Sobre o conceito de heterogeneidade do capital, ver Lachman (1956).

9 Sobre a oposição entre as teorias Keynesiana e Austríaca de Ciclos Econômicos, ver [Garrison \(2005\)](#).

10 Sobre as origens e os desdobramentos do debate entre Hayek e Keynes, ver [Caldwell e Hutchison \(1996\)](#).

Tabela 2 – Diferenças metodológicas e de concepções sobre a incerteza

Escola	Incerteza	Método de Investigação
Austríaca	Invalida o estudo de estados finais de equilíbrio como se fossem “dados” e reforçam a importância do estudo do processo que dirige o sistema a esses estados, ainda que isso nunca se concretize.	Três Níveis Ordenados de Investigação: Teoria Pura; Teoria Institucionalmente Contingente; Análise Histórica e Estatística.
Pós-Keynesiana	Invalida a crença de que agentes dispersos possam promover a coordenação de suas ações para atingir uma solução de equilíbrio eficiente.	Escolha excludente entre dedução hipotética e histórica, sendo a última a mais indicada para ciências sociais.

Fonte: Feito pelo autor

3 NÃO ERGODICIDADE, CONVENÇÕES E INSTITUIÇÕES

Uma das contribuições à abordagem de incerteza reconhecidas pelos Pós-Keynesianos como mais fiéis à proposta de Keynes está na definição de realidade econômica como “não ergódica”, isto é, em que não há regularidade probabilística para a repetição de eventos ao longo do tempo. Davidson (2002) observa que a caracterização da incerteza por Keynes não deve ser confundida com a de “risco”, que pressupõe a existência de distribuições de probabilidade definidas para eventos futuros, isto é, aceita o axioma Neoclássico da ergodicidade e ignora que os agentes nem sempre podem prever probabilidades futuras a partir de informações passadas, pois a realidade transmutável confere instabilidade ao sistema.

Nesse sentido, [Minsky e Kaufman \(2008\)^a](#) argumentam que, para que o mecanismo do mercado funcione bem, é necessário diminuir a incerteza, de modo que as expectativas que orientam o investimento possam ser confirmadas. A explicação de [Minsky e Kaufman \(2008\)^b](#) para o que consideram uma instabilidade endógena ao sistema capitalista se baseia na consideração de um sistema bancário maximizador de lucros por meio da administração de ativos e passivos, em que os bancos têm maior preferência por liquidez em situações de aumento da incerteza. Para [Minsky e Kaufman \(2008\)^c](#), o processo de geração de crises está associado aos conceitos de *finance* e *funding*, ou seja, com a ideia de que o fluxo de caixa dos agentes é insuficiente para suas decisões de consumo, tornando necessário mais crédito, que, ao aumentar a renda, o consumo e o investimento, gera ainda mais demanda por crédito.

Minsky e Kaufman (2008) caracterizam, assim, um sistema capitalista com estruturas financeiras complexas, sofisticadas e em evolução como incoerente, mas que essa incoerência não

precisa ser plenamente realizada porque as instituições e as políticas poderiam contê-la. No entanto, Minsky e Kaufman (2008) reconhecem que, em resposta às tentativas de minimizar essa instabilidade, as dinâmicas do sistema levam à inovação, de modo que surgem novos instrumentos e instituições e os antigos são usados de novas maneiras, transformando um sistema financeiro em que uma crise era improvável em um vulnerável a crises.

Verifica-se, portanto, que Minsky e Kaufman (2008), ainda que admitindo mudanças não planejadas no longo prazo, consideram a importância das instituições planejadas como um guia para a ação de curto prazo diante de um futuro incerto e um contexto instável, enfatizando o aspecto predominantemente descoordenador da evolução espontânea das instituições e coordenador da intervenção central planejada. Em contraponto, observa-se que, para [Hayek \(1967\)^b](#), certas características da sociedade dependem de condições que não foram criadas para produzir os resultados observados, mas que são suas pressuposições indispensáveis.

Nessa perspectiva, algumas instituições, como a moeda, se mostram vantajosas para a sociedade, ainda que não tenham sido deliberadamente criadas para isso, cabendo, então, aos indivíduos entender o funcionamento dessas instituições para preservá-las e desfrutar de suas vantagens. A questão, no caso do sistema bancário, seria identificar qual seria a instituição a ser preservada. Para [Hayek \(1976\)](#), o monopólio da emissão de moeda por parte do banco central e a proibição do uso de outros meios de troca, em um contexto de moeda fiduciária, faz com que o sistema tenda à inflação e, conseqüentemente, ao agravamento dos ciclos de *boom* e *bust* em relação ao que ocorreria se as variações de oferta e demanda por moeda acompanhassem as decisões de poupança genuína, de modo a não perturbar artificialmente a estrutura de produção resultante de um livre funcionamento do sistema de preços, isto é, sem interferência de uma autoridade central.

Dessa forma, a instituição a ser preservada não seria o consolidado sistema de monopólio do banco central na oferta de moeda, mas a concorrência de meios de troca, de modo que haja permissão para que a moeda nacional tenha competidoras privadas ou nacionais estrangeiras, ou seja, a desnacionalização do dinheiro. Portanto, de forma consistente com a ideia de que a competição promove a descoberta de meios de coordenar as ações de indivíduos dispersos diante de um cenário de incerteza, a proposta de Hayek vai de encontro à ideia de incerteza que Minsky e Kaufman veem como uma fatalidade que só pode ser reduzida por meio da atuação do que chamam de "Big Government", isto é, o banco central atuando como prestador de última instância¹¹.

11

No sentido de guia para a ação em um contexto de incerteza, os argumentos de Hayek permitem compatibilizar a ideia de incerteza com a hipótese evolutiva das instituições que surgem de forma espontânea e que teriam como único parâmetro de avaliação sobre sua eficácia o próprio fato de que foram mais eficientes em preservar o sistema. Em contraste, por desenvolverem sua teoria a partir da hipótese de que as instituições e os resultados não designados poderiam ser incoerentes com o desejo dos agentes, como se houvesse uma maneira absoluta de determinar qual seria o resultado coerente com esse desejo, é a abordagem de Keynes e dos Pós-Keynesianos sobre a incerteza que não se distingue tanto da Neoclássica, ao contrário do que propõe o quadro de Davidson (2002), uma vez que ela toma como referência um hipotético resultado ótimo, previamente conhecido, em que os efeitos indesejáveis não ocorressem.

Uma observação nessa linha pode ser encontrada em [Dempster \(1999\)](#), que argumenta que, em um mundo Keynesiano, não há espaço para a ação racional por parte dos empreendedores, pois estes, por saberem que o futuro é incerto, assumiriam que a melhor guia para a ação seria agir conforme os outros agem, enquanto apenas o governo conseguiria ter um conhecimento *ex ante* dos resultados particulares das ações. Dessa forma, é possível entender que Keynes e os Pós-Keynesianos se prendem ao conceito de equilíbrio, ainda que de múltiplos equilíbrios, para propor que um agente central, isto é, o governo, efetue uma espécie de maximização de uma função de produção, tendo a moeda como a variável explicativa para determinar a melhor combinação dos insumos. Em suma, o tratamento da incerteza pelos Pós-Keynesianos, ao desconsiderar a inovação resultante da atividade empreendedora como um elemento que a reduz, apesar de não a eliminar, ignora o papel coordenador protagonizado pelos preços e assume um conhecimento superior do governo.

4 COORDENAÇÃO: KIRZNER X LACHMANN

Nesta seção, será feita uma comparação entre as abordagens de Kirzner e Lachmann, dois expoentes da Escola Austríaca, distintas no que diz respeito aos conceitos de equilíbrio e coordenação, o que está diretamente relacionado à consideração da incerteza. O interesse dessa distinção é apontar como, apesar de ambos seguirem Mises e Hayek, Kirzner desenvolveu seus trabalhos como uma tentativa de complementar a tradição Neoclássica, enquanto Lachmann buscou invalidá-la. Conforme será observado mais adiante, para O'Driscoll Jr. e Rizzo (1996), essa atitude mais radical de Lachmann é compatível com ideias Pós-Keynesianas.

[Kirzner \(2015\)^b](#) caracteriza o mercado como o resultado de processos de descoberta, em oposição à ideia de dados previamente conhecidos que não explicam o processo. Dessa forma,

Kirzner mantém a proposta de Mises e Hayek ao focar sua atenção no papel da atividade empresarial no processo de mercado e rejeitar a teoria que se baseia no Equilíbrio Geral e, com isso, aceita a ideia de equilíbrio para explicar a atividade econômica em uma sociedade de indivíduos dispersos, mas buscando explicitar como as ações dos agentes proporcionam o movimento em direção a esse estado.

Essa abordagem de Kirzner certamente se diferenciou da Neoclássica no sentido de que os indivíduos não são considerados maximizadores com informação perfeita, já que há um custo de processamento de informação e diferentes níveis de alerta entre os participantes para descobrir as oportunidades de lucro que promoverão a coordenação do mercado. É possível entender que é a essa caracterização que Davidson (2002) se refere, com o que chama de "algumas teorias Austríacas", na realidade externa A tipo 2, isto é, no curto prazo, o futuro é pré-determinado, mas não completamente conhecido por todas as pessoas no modelo devido à existência de certa limitação no custo da informação assimétrica e na capacidade humana de processar informações, enquanto os Neoclássicos se encaixariam na classificação A tipo 1, isto é, no curto prazo, o futuro é pré-determinado e conhecido pelas pessoas no modelo.

Em contraste a Kirzner, [Lachmann \(1973\)^b](#) defendeu que o processo de mercado não tem condições iniciais definidas e nenhum ponto final de repouso à vista, pois se constitui em uma sequência de interações individuais que denotam o encontro de planos coerentes para cada indivíduo e incoerentes para o grupo, de forma que o problema seria descobrir como descrever esse processo sem recorrer a construções como a do Equilíbrio Geral. Na tentativa de resgatar o que considerava ser as origens da Escola Austríaca, [Lachmann \(1973\)^c](#) destaca o "subjativismo" na análise econômica, isto é, a explicação dos fenômenos em termos de escolhas e decisões humanas, em contraste com o tratamento do equilíbrio e outras entidades abstratas como se fossem reais, o que ele chama de "formalismo", de modo a defender que, assim como as coordenadoras, as tendências descoordenadoras se apresentam no mercado, caracterizado como um processo "caleídico", isto é, com interação constante entre as forças de mudança¹².

Dessa forma, na classificação de Davidson (2002), é possível entender que as ideias de Lachmann a respeito da realidade econômica externa se aproximam da classificação "B" no sentido de que são compatíveis com a abordagem de realidade transmutável, isto é, com a consideração de que alguns aspectos do futuro serão criados pela ação humana do presente ou do futuro. Em adição, ao reconhecer que a observação de planos inconsistentes em um sistema econômico é uma característica endógena, relacionada à presença de expectativas subjetivas, Lachmann foge

12 Sobre o debate referente à tendência ao equilíbrio e ao uso do subjativismo na Escola Austríaca, ver [Barbieri \(2001\)](#).

da generalização que Davidson (2002) faz dos economistas Austríacos, a saber, de que o mercado não obstruído permite a previsão dos agentes sobre o futuro para, invariavelmente, coordenar seus planos.

Dessa forma, caso se aceitem as categorias propostas por Davidson (2002) em seu quadro sobre a realidade externa, Lachmann é quem melhor se encaixa no conceito tipo B, isto é, Realidade Transmutável, em que alguns aspectos do futuro econômico serão criados pela ação humana de hoje ou do futuro, o que implica a rejeição da intervenção ou “mobilização” do governo para um “equilíbrio de pleno emprego”. A fim de enfatizar a complexidade da abordagem de Lachmann em relação aos outros economistas Austríacos, também é importante destacar a influência de G.L.S. Shackle em seu tratamento do conceito de incerteza, cuja concepção de “escolha crucial” é classificada por Davidson (2002) como pertencente à Realidade Transmutável (B), a mesma em que classifica os Pós-Keynesianos, mas que, conforme argumentado aqui, não se aplica a estes.

De acordo com Davidson (2002), Shackle caracterizou uma situação em que é tomada uma decisão que muda para sempre o ambiente econômico, de modo que as condições idênticas de decisão nunca possam se repetir. No entanto, para [Lachmann \(1977\)^b](#), essa consideração da escolha e da mudança em uma sociedade “caleídica” deve ponderar que, para agir, o indivíduo deve construir um plano, avaliando sua restrição de recursos e os obstáculos que pode encontrar, pois, caso a ideia de Shackle seja entendida de forma literal, não haverá como fazer uma comparação entre os estágios de antes e depois do plano, o que deixaria o conceito de ação planejada sem sentido.

Em complemento, [Lachmann \(1977\)^c](#) admite que é possível “imaginar” um mundo em que as preferências dos indivíduos não mudam por um tempo ou em que mudam lentamente. Nesse mundo, conclui Lachmann (1977), é possível estabelecer uma teoria dinâmica e realizar comparações intertemporais, o que não contradiz a conclusão anterior de que o futuro é imprevisível, uma vez que dizer que certo plano foi bem sucedido não garante que continuará a sê-lo, considerando-se a possibilidade de serem descobertas novas maneiras de usar os recursos empregados.

A partir dessa argumentação, é possível, então, reservar o “conceito B” descrito por Davidson (2002) como mais adequado a Shackle e aceito de forma adaptada por Lachmann, que estaria, talvez, em um nível intermediário entre este e o “conceito A tipo 2”, em que se encontram “algumas teorias Austríacas”. De qualquer forma, por considerar um estado de equilíbrio que pode ser conhecido e “mobilizado” pelo governo, os Pós-Keynesianos rejeitam parcialmente a ideia de

incerteza e, portanto, recorrem a uma espécie de “informação perfeita” por parte do governo em situações de “recursos ociosos”.

Adicionalmente, é interessante notar que [Lachmann \(1986\)](#)^b argumenta que, enquanto o empresário “inovador” espera lucrar a partir das mudanças geradas por sua própria ação, definição semelhante ao que [Kirzner \(2015\)](#)^c faz sobre a “descoberta de oportunidades”, o “especulador” e o “arbitrador” visam ao lucro a partir de oportunidades que não foram criadas por sua própria ação, mas considerando que os outros agentes podem estar se comportando de modo a alterá-las. Nessas definições, apenas o arbitrador é coordenador e sua ação leva em conta uma realidade externa pré-determinada pelas informações passadas, restando-lhe ser “descoberta”, ao contrário do inovador e do especulador, que se beneficiam da descoordenação sem necessariamente provocar a coordenação.

Em suma, em comparação com Kirzner, os trabalhos de Lachmann representam uma oposição maior à teoria Neoclássica, principalmente na concepção de realidade externa, o que, de modo algum, justifica, ainda que tenha sido influenciado por Shackle, a ideia de que ele aderiu a um conceito Pós-Keynesiano, já que o próprio Davidson não adota por completo a concepção que classifica como B. A esse respeito, faz-se necessária a análise mais cuidadosa de O'Driscoll Jr. e Rizzo (1996), que, assumidamente influenciados por Lachmann, chegam a propor uma aproximação com os Pós-Keynesianos, mas com a ideia de que sua abordagem seria mais consistente do que a destes.

Em resposta aos dois autores, [Davidson \(1989\)](#)^c nega qualquer possibilidade de aproximação com uma proposta que, a seu ver, não conseguiu superar as hipóteses Neoclássicas e faz uma revisão crítica ao “*Economics of Time and Ignorance*” com o sugestivo título: “*Economics of Ignorance or Ignorance of Economics?*” (Economia da Ignorância ou Ignorância da Economia?). O próximo capítulo tem o objetivo de esclarecer essa divergência e reforçar, sob uma perspectiva Austríaca, a crítica à maneira parcial com que os Pós-Keynesianos trabalham com a ideia de “incerteza”.

Tabela 3 – Coordenação e caráter das instituições

Escola	Coordenação	Instituições
Austríaca	Acontece como decorrência da atividade empresarial e da descoberta de oportunidades lucrativas (Kirzner) ou não pode ser identificada em qualquer momento devido às forças caleídicas (Lachmann).	São criadas espontaneamente em decorrência da atividade empresarial e servem como esquemas de orientação para a própria atividade empresarial (síntese entre Kirzner e Lachmann).
Pós-Keynesiana	Não ocorre da forma mais eficiente por meio das ações de agentes dispersos, cabendo à mobilização central a busca pela máxima eficiência.	Devem ser deliberadamente modificadas por um agente central, de modo a resolver os problemas de coordenação do sistema.

Fonte: Feito pelo autor

5 ENTENDER A IGNORÂNCIA OU IGNORÁ-LA QUANDO FOR CONVENIENTE?

O'Driscoll Jr. e Rizzo (1996) argumentam que, a partir de seu livro, a Escola Austríaca mudou para tentar responder a questões profundas na fronteira do conhecimento científico-social. Para os autores, a aplicação do modelo mecanicista da física do século XIX pode ter atingido os limites de suas contribuições úteis e isso, em sua opinião, justificaria uma abordagem mais subjetivista, englobando os elementos de “tempo real” e “ignorância radical”, o que, em um primeiro olhar, segue a linha de Lachmann, impressão corroborada pela dedicatória do livro a este autor.

No entanto, ao longo da obra, O'Driscoll Jr. e Rizzo demonstram uma tentativa de conciliação dessa proposta com conceitos Austríacos já consagrados, notadamente os desenvolvidos por Mises, Hayek e Kirzner e, ao mesmo tempo, defendem um maior diálogo entre as escolas Austríaca e Pós-Keynesiana, com a alegação de que a teoria Keynesiana contém elementos subjetivistas e relacionados aos problemas de tempo real. Essa tentativa de conciliação seria veementemente rejeitada por Davidson (1989), o que desencadearia um debate deste com diversos autores identificados com a tradição Austríaca.

Antes de analisar esse debate que dela decorreu, é preciso enfatizar os conceitos desenvolvidos por O'Driscoll Jr. e Rizzo para tornar a Escola Austríaca mais subjetivista. Primeiramente, O'Driscoll Jr. e Rizzo (1996), citando Shackle, argumentam que os seres humanos são “prisioneiros do tempo”, no sentido de que, da mesma forma que restringe, o tempo formula as experiências humanas, de modo a gerar e limitar o conhecimento. Assim, os dois autores reforçam a possibilidade de esse efeito ambíguo da mera passagem do tempo ser coordenadora ou descoordenadora, o que vai ao encontro dos argumentos de Lachmann.

No entanto, O'Driscoll Jr. e Rizzo (1996) justificam a necessidade de a economia Austríaca tornar-se a economia "do tempo e da ignorância" por causa de sua tentativa prática de lidar com problemas de coordenação e empreendedorismo, o que, em sua visão, requereria a análise no tempo, de modo a considerar a ideia de "descoberta". Nesse ponto, já se identifica nos autores a ideia de tornar a hipótese coordenadora da atividade empresarial, conforme explicada por Kirzner (2015), coerente com o tempo real e a ignorância radical. De acordo com Andrade III (2018, p.16-17), O'Driscoll Jr. e Rizzo "buscam levar em conta as forças de desequilíbrio porque as consideram frutos de erros", ou seja, partem do princípio de que existe "uma solução implícita contida nos dados econômicos" a que o sistema econômico se dirige, mas querem explicar porque esse estado não é alcançado "a partir de processos endógenos ao sistema", e teorizar sobre "as condições necessárias para justificar uma tendência ao equilíbrio, mesmo diante de erros".

A partir disso, O'Driscoll Jr. e Rizzo (1996) justificam a sua visão como dinâmica e concluem que as instituições desenvolvidas pelo mercado são coordenadoras em relação a técnicas, mas não a fatos, o que lhes levou a adotar o conceito de "coordenação de padrões". Nesse sentido, O'Driscoll Jr. e Rizzo (1996) utilizam-se dos conceitos de "tempo real" e "incerteza radical" para teorizar sobre instituições que reduzam, embora não eliminem, a instabilidade do sistema econômico, fornecendo padrões estáveis de interação, e atribuem à descoberta empresarial o papel de preencher as lacunas de coordenação no sistema.

Com todas essas considerações, a argumentação dos autores é condizente com as teorias de processo de mercado, informação dispersa, empresário descobridor, subjetivismo e incerteza, desenvolvidos por Mises, Hayek e Kirzner, e acrescenta a ideia "caleídica", de Lachmann e Shackle. O problema aparece quando eles tentam ousar mais e identificar em Keynes uma tentativa, comum à dos Austríacos, de buscar uma abordagem subjetivista, citando os Pós-Keynesianos como importantes no reconhecimento dos aspectos subjetivistas de Keynes, em oposição à reformulação de seu trabalho em termos de Equilíbrio Geral, decorrentes da Síntese Neoclássica.

É verdade que O'Driscoll Jr. e Rizzo (1996) identificam uma contradição no *The General Theory Of Employment, Interest And Money* entre o método agregativo quantitativo e a mensagem subjetivista, entendendo que Keynes nunca a resolveu e que a defesa da gestão governamental das principais decisões de investimento ignora as limitações que o tempo real e a ignorância impõem aos decisores políticos. Mas são justamente esses "poréns" que impedem uma aproximação do conceito Austríaco de incerteza, seja a "padrão", de Mises, Hayek e Kirzner, ou a mais "radical", de Lachmann, com a que os Pós-Keynesianos adotam em suas teorias.

Talvez os autores tenham enxergado algum paralelo entre a ideia de “esquemas de orientação” (*interpersonal orientation tables*), de Lachmann (1977), e a proposta de “mobilização” que os Pós-Keynesianos idealizam para o mercado. Mas, como os próprios O'Driscoll Jr. e Rizzo (1996) criticaram, essa concepção mobilizadora é desenvolvida justamente para defender que, ao propor políticas ativas, o economista poderia ter conhecimento sobre o melhor cenário possível para o futuro, o que é bem diferente da explicação que Lachmann desenvolve a partir do conceito Hayekiano de instituições que surgem de forma espontânea para deixar as ações dos agentes mais previsíveis e que O'Driscoll Jr. e Rizzo (1996) chamam de “regras de bolso” (*rules of thumb*).

É a esse aparente “reconhecimento parcial” da adequabilidade da metodologia de Keynes e dos Pós-Keynesianos que Davidson (1989) se contrapõe de maneira dura, ao tratar a proposta dos dois autores Austríacos de desenvolver uma economia da ignorância e do tempo como uma “ignorância da economia”. Para Davidson (1989), O'Driscoll Jr. e Rizzo não podem aceitar a ideia de que o empresário pode descobrir oportunidades com o auxílio da coordenação de padrões e, ao mesmo tempo, argumentar pela importância do tempo, da incerteza e da moeda.

Davidson (1989) ressalta que o que os Austríacos consideram como uma falha, a saber, que os agentes reais não podem ter informações completas sobre o futuro, os Neoclássicos veem como um importante ponto forte e uma “justificativa” de seu modelo. Dessa forma, O'Driscoll Jr. e Rizzo estariam apenas reproduzindo uma verdade reconhecida pelos próprios Neoclássicos, que, por adotarem uma metodologia instrumentalista, estariam, deliberadamente, em benefício do aumento da falseabilidade, ignorando alguns aspectos observados da realidade.

Davidson (1989) contesta ainda a afirmação de O'Driscoll Jr. e Rizzo de que a única coisa que separa as escolas na ciência é a questão colocada, em vez de as respostas dadas. Para Davidson (1989), essa concepção explica porque os autores, ainda que proponham um desafio aos Neoclássicos, mantêm a hipótese de que um mercado competitivo de *laissez-faire* tenderá à coordenação, que, no caso, seria de padrões. O que Davidson ignora, nesse particular, é que a ideia de mercado competitivo coordenador não é uma hipótese dos Austríacos, mas uma consequência da constatação de que a informação dispersa entre agentes individuais é inacessível a uma única mente e que, ao se submeter aos esquemas de orientação, os indivíduos observam padrões.

Em resposta a Davidson (1989), [Boehm e Farmer \(1993\)](#) observam que o rótulo de “Pós-Keynesiano” pode ser usado para diferentes abordagens, desde as teorias de Shackle até as variantes da Síntese Neoclássica, do mesmo modo que a Escola Austríaca engloba distintas vertentes, algumas das quais também contestaram o livro de O'Driscoll Jr. e Rizzo. Em complemento, [Torr \(1993\)^a](#) sugere que, se houver algum, o terreno comum entre Austríacos e Pós-

Keynesianos está contido nos escritos de Lachmann e Shackle, os quais não são discutidos por Davidson (1989), mas que o próprio Lachmann havia alertado que Keynes tendia a fazer alusão ao papel das expectativas apenas quando isso atendia a seus propósitos e a descartá-lo quando não atendia.

Assim, [Torr \(1993\)^b](#) pondera que há Pós-Keynesianos que não atribuem um papel fundamental às expectativas e à incerteza porque acreditam que, se esses conceitos tiverem um papel proeminente na análise econômica, não será possível tirar conclusões inequívocas e, indiretamente, contesta a classificação de Davidson (2002) que coloca, de maneira geral, os Austríacos em uma concepção de realidade imutável e os Pós-Keynesianos em uma realidade transmutável. Em resposta às críticas de ter ignorado a diversidade entre Austríacos e entre Pós-Keynesianos, [Davidson \(1993\)^a](#) argumenta que sua revisão a O'Driscoll Jr. e Rizzo (1996) não tinha o objetivo de comparar todas as diversas formas de teoria Austríaca e teoria Pós-Keynesiana, dizendo que "deixa para outros" essa discussão. No entanto, [Davidson \(1993\)^b](#) procura, até certo ponto, se retratar sobre a aparente homogeneidade dentro do pensamento Pós-Keynesiano que havia deixado implícita no artigo anterior.

[Davidson \(1993\)^c](#) admite que os membros do *Journal of Post Keynesian Economics* (JPKE) desenvolveram vários modelos às vezes incompatíveis com o que ele identificou como o fundamento axiomático essencial da teoria Pós-Keynesiana, mas que isso seria consequência da necessidade de se consolidar um programa de pesquisa nascente, que, de início, era coerente apenas por juntar visões críticas à abordagem Neoclássica. A partir disso, Davidson (1993) também reconhece a particularidade de Lachmann em relação aos outros Austríacos em sua abordagem "caleídica", influenciada por Shackle, mas apontou que O'Driscoll Jr. e Rizzo (1996) não seguem Lachmann nesse sentido e reafirmou sua crítica em relação a esses autores, a saber, sua aceitação de uma concepção de realidade externa imutável e de um processo que "hipotetiza" uma coordenação.

Em seguida, destacam-se as críticas de [Prychitko \(1993\)^a](#) e [Runde \(1993\)^a](#), sendo que o primeiro, de certa forma, toca no mesmo ponto de tentar desomogeneizar as abordagens dentro de cada escola de pensamento, enquanto o segundo vai mais longe ao sugerir que a concepção de realidade externa defendida oficialmente por Davidson não é a mesma que ele adota de modo "não oficial". [Prychitko \(1993\)^b](#) afirma que uma questão que parece separar os Austríacos dos Pós-Keynesianos é a noção de equilíbrio e que, assim como Davidson, está insatisfeito com a noção de "equilíbrio de padrões", desenvolvida por O'Driscoll Jr. e Rizzo.

[Prychitko \(1993\)^c](#) diz discordar de Davidson (1989) quando este afirma que os custos de aquisição de informação são a justificativa dos Austríacos para que o equilíbrio não seja atingido,

mas admite concordar com o espírito da crítica de Davidson (1989), a saber, que os Austríacos não mostraram como os processos de mercado têm uma propriedade de convergência fundamental sem se basear em suposições que possam ameaçar sua fidelidade ao subjetivismo e à incerteza. Dessa forma, Prychitko (1993) foi mais um a mencionar Lachmann para aproximar as abordagens de ambas as escolas, afirmando que, no entendimento de que um mundo não-ergódico é caracterizado pela "incerteza", não existe um verdadeiro desacordo entre Pós-Keynesianos e Austríacos.

Além disso, Prychitko (1993) também afirma concordar plenamente com Davidson na ideia de que não há base *a priori* sobre a qual se possa reivindicar que os mercados estão fundamentalmente em equilíbrio, o que torna essa tarefa uma questão empírica. No entanto, Prychitko (1993) não defende que a semelhança dos princípios metodológicos de Austríacos e Pós-Keynesianos justifique uma perfeita integração entre as escolas, pois, segundo o autor, as perguntas feitas por ambos os grupos são diferentes.

Em linha com Davidson (1989), Prychitko (1993) explica que Keynes e os Pós-Keynesianos desenvolveram respostas para as questões sobre a causa do desemprego e da inflação e sobre como se podem enfrentar esses problemas do sistema sem destruí-lo. Por outro lado, acrescenta Prychitko (1993), os Austríacos fazem perguntas sobre como uma economia monetária altamente descentralizada, em que o conhecimento é necessariamente disperso em toda a sociedade, mostra qualquer grau de ordem. Assim, para Prychitko (1993), o projeto Austríaco difere tanto dos projetos Pós-Keynesianos quanto dos Neoclássicos por buscar explicar o que normalmente se toma como dado.

Em resposta, Davidson (1993) ressalta que, em geral, Prychitko concordou com suas críticas ao livro de O'Driscoll Jr. e Rizzo, mas que, ao discutir o conceito de equilíbrio, reproduziu a confusão entre este e a ideia de *Market Clearing*. Nessa argumentação, Davidson parece esclarecer, surpreendentemente, de forma melhor que a dos seus interlocutores Austríacos, a distinção mais essencial entre Pós-Keynesianos e todos os Austríacos, inclusive Lachmann: o entendimento, por parte dos primeiros, da incerteza como a causa da existência de equilíbrios ineficientes, o que justificaria políticas governamentais mobilizadoras, em contraponto à argumentação dos últimos sobre a tendência da livre operação do processo de mercado em dirigir o sistema a um estado final de repouso (Mises; Kirzner), ou a uma coordenação por meio das instituições (Hayek; O'Driscoll Jr. e Rizzo) ou mesmo que não há tendências equilibrantes e que, por isso, só seria possível desenvolver orientações negativas (Lachmann).

A única coisa que faltou para Davidson completar sua distinção foi entender que, ainda que trabalhem com a ideia de tendência de *Market Clearing*, Austríacos, como Kirzner, não o fazem

da mesma forma que os Neoclássicos, pois a ênfase no processo e na descrição da competição, em vez de tomá-la como um dado, sendo perfeita ou imperfeita, é, se não um contraponto, no mínimo, um complemento importante para a teoria Neoclássica. Por outro lado, Davidson se contradiz ao advogar para a teoria Pós-Keynesiana o melhor tratamento do conceito de incerteza e, ao mesmo tempo, defender que políticas governamentais podem superar esse problema e criar um equilíbrio de pleno emprego, o que seria a eliminação de toda a incerteza do sistema. Se existe, por parte de qualquer agente, o conhecimento de como eliminar ou reduzir a incerteza, então a incerteza "radical" definitivamente não existe.

Por fim, [Runde \(1993\)^b](#) apresenta a crítica mais questionadora não só à revisão de Davidson ao livro de O'Driscoll Jr. e Rizzo, mas a toda a estrutura de pesquisa defendida pelo autor Pós-Keynesiano, argumentando que este apresenta duas posições filosóficas, sendo uma "oficial" e outra "não oficial". De acordo com [Runde \(1993\)^c](#), a posição oficial estabelece oposições entre conhecimento e ignorância e entre processos ergódicos e não-ergódicos, enquanto sua posição não oficial, revelada em sua análise, se baseia em "expectativas sensíveis", isto é, formadas a partir da estrutura institucional "duradoura".

De acordo com Runde (1993), Davidson considera duas fontes de conhecimento, o racionalismo apriorístico, sobre o qual é cético, e o empirismo, o qual defende que pode ser usado para prever eventos e relacionamentos futuros somente quando os eventos podem ser regidos por processos ergódicos. Como a maneira que se pode, para cada caso, identificar se os processos são ergódicos não é explicada pelo autor Pós-Keynesiano, Runde (1993) argumenta que, ao contrário do "Davidson oficial", O'Driscoll Jr. e Rizzo utilizam o conceito de "incerteza genuína" para conceber um conjunto aberto de possibilidades.

Para Runde (1993), esse conceito de O'Driscoll Jr. e Rizzo está relacionado às referências de Shackle a "possibilidades ainda inimagináveis", ou seja, a escolhas nem sequer pensadas no momento em que as decisões são tomadas e, assim, representa a forma mais radical de incerteza que se pode conceber e a mais merecedora do rótulo "desconhecimento". No entanto, pondera Runde (1993), a incerteza genuína não é a única forma de incerteza mencionada por O'Driscoll Jr. e Rizzo, pois, ao contrário do "Davidson oficial", os dois autores assumem que os indivíduos conhecem algo sobre a probabilidade de eventualidades desconhecidas porque a suposição contrária paralisaria toda a ação, e, portanto, incluem uma concepção de conhecimento ou crença provável (falível), uma categoria que não pode ser acomodada em termos da oposição oficial entre conhecimento e desconhecimento de Davidson.

Mas, ainda segundo Runde (1993), se a comparação for entre O'Driscoll Jr. e Rizzo e o "Davidson não oficial", ambos veem a necessidade de uma concepção de provável conhecimento

ou crença que, embora não infalível, mantenha certo controle sobre o mundo externo. De acordo com Runde (1993), um dos aspectos mais estimulantes no livro de O'Driscoll Jr. e Rizzo é a sua ênfase na dependência temporal histórica da atividade econômica, demonstrando a impossibilidade lógica de que um indivíduo preveja suas ações futuras em tempo real, mas garantindo um fluxo contínuo de lacunas para a aquisição de novos conhecimentos, que seriam preenchidas pelo processo de descoberta empresarial. Nesse aspecto, Runde é quem melhor observa a autocontradição de Davidson a respeito do que idealiza sobre a incerteza e a maneira com que trabalha com ela, de modo que, no quadro de Davidson (2002), a categoria “B” não seria adequada nem para Austríacos, nem para Pós-Keynesianos e, provavelmente, para ninguém que tente explicar o funcionamento da economia a partir de indivíduos que agem de acordo com seus planos.

Em oposição aos outros argumentos de Runde (1993), Davidson (1993) reafirma que as informações sobre o futuro não existem atualmente e que os agentes sabem que não conhecem o futuro, mesmo no longo prazo. De qualquer modo, na interpretação deste trabalho, com exceção da identificação de Runde sobre as contradições de Davidson, o debate, iniciado por uma tentativa de aproximação feita por O'Driscoll Jr. e Rizzo, confunde mais do que esclarece as diferenças de método e objeto de estudo entre Austríacos e Pós-Keynesianos, visto que, mesmo após a crítica de Davidson, alguns autores continuaram cedendo, em algum ponto, aos argumentos Pós-Keynesianos ou não os questionando no que diz respeito a seu tratamento do conceito de “incerteza” e a oposição rígida que eles estabelecem entre as investigações histórica e hipotética.

Justamente por isso é necessário entender a teoria Pós-Keynesiana e a diferença entre o que ela alega fazer e o que realmente faz, que foi o objetivo dos capítulos anteriores, antes de analisar o citado debate. Diferentemente da Pós-Keynesiana, a análise Austríaca, principalmente a partir do *Economics of Time and Ignorance*, consegue ser consistente na consideração da incerteza ao mesmo tempo que aponta o mecanismo com que é possível, para cada indivíduo, agir, em dado momento e em relação a padrões, de maneira coordenada com os demais, mesmo diante de erros.

CONCLUSÃO

A principal constatação deste trabalho, portanto, é que, desde o seu início, com Menger, passando por Mises, Hayek e Kirzner, até Lachmann e O'Driscoll Jr e Rizzo, a Escola Austríaca caminha para uma oposição cada vez mais consistente ao paradigma Neoclássico, mas sem, de modo algum, se aproximar da concepção Pós-Keynesiana. Se, talvez, as recomendações de política econômica e a crença maior ou menor no *laissez-faire* colocam os Neoclássicos mais

próximos dos Austríacos, isso não quer dizer que as duas escolas compartilhem a mesma concepção de realidade econômica externa.

A reflexão que se faz a partir desse debate, então, é o que poderia tornar interessante uma aproximação ou, pelo menos, um diálogo maior entre duas escolas de pensamento? Metodologia próxima? Problema abordado comum? Conclusões parecidas? Seja qual das três opções for a escolhida, os Austríacos não têm muito em comum com os Pós-Keynesianos e, por isso, o debate iniciado a partir da resenha de Davidson ao *Economics of Time and Ignorance* pareceu uma conversa em que os dois lados falavam idiomas diferentes.

Nesse sentido, com todos os seus méritos, O'Driscoll Jr. e Rizzo conseguiram chamar a atenção, dentro da Escola Austríaca, para as questões deixadas por Lachmann, que, em um primeiro olhar, se contrapõem a autores consagrados, como Kirzner. Por terem proposto uma coerência entre as teorias de dois dos maiores expoentes da história mais recente da Escola Austríaca e responsáveis por seu reavivamento na década 1970, o livro de O'Driscoll Jr. e Rizzo contribuiu bastante para a continuidade de uma busca por espaço dos Austríacos nas discussões acadêmicas¹³. No entanto, ao buscar uma aproximação, ainda que crítica, com os Pós-Keynesianos, os autores acabam por criar mais resistência interna entre os Austríacos, o que, tendo em vista a visão divisionista de alguns autores dessa escola de pensamento, vai de encontro à proposta de O'Driscoll Jr. e Rizzo de fortalecê-la¹⁴.

De volta ao quadro de Davidson (2002), a posição final deste trabalho é que, se há algum sentido na concepção de uma realidade econômica transmutável, os Pós-Keynesianos não mostram atender às premissas dela, pois a ideia de “mobilização” e de uso deliberado de instituições planejadas para estabilizar a instabilidade é incompatível com a ideia de incerteza radical ou não probabilística de um sistema não ergódico. Se, devidamente adaptada à consideração dos esquemas de orientação, essa classificação serve a alguém, seria a Lachmann.

Talvez seja justamente por isso que os autores de *Economics of Time of Ignorance* tenham enxergado alguma coerência entre seu trabalho e o dos Pós-Keynesianos, isto é, por aceitarem, equivocadamente, o que os Pós-Keynesianos dizem sobre sua concepção de incerteza. Na verdade, os Pós-Keynesianos consideram a incerteza apenas para a formulação teórica *a priori* e não para a formulação de previsões e políticas a partir da observação da realidade por parte de um órgão central e, por isso, Davidson, em seu próprio quadro, poderia se considerar dentro de um subconjunto especial da classificação “A tipo 1”, a saber, no curto prazo, o futuro é pré-determinado

13 Sobre a história do reavivamento da Escola Austríaca, ver o capítulo 5 de [Vaughn \(1998\)](#).

14 Sobre a proposta de dividir a Escola Austríaca em dois “paradigmas”, ver [Salerno \(1990; 1993\)](#).

e conhecido pela “supermente” do modelo, que pode ser o próprio economista investigador ou o governo.

Para responder a questão deixada no título deste trabalho, pode-se dizer que o que há por trás do debate entre Davidson e os vários autores Austríacos é uma inconsistência entre o que o Pós-Keynesiano defende como a oposição consistente à concepção de realidade externa que enxerga o futuro como conhecido *ex ante*, ainda que de acordo com probabilidades, e o que ele e os outros autores dessa escola de pensamento efetivamente praticam a partir de suas recomendações de política econômica, em que o governo teria condições de mobilizar o sistema para um estado que se sabe previamente ser melhor do que seria caso não houvesse a intervenção. Essa inconsistência está diretamente relacionada com a que Runde (1993) observa entre o “Davidson oficial” e o “Davidson não oficial”, visto que o primeiro faz uma distinção rígida entre processos ergódicos e não ergódicos para defender que a incerteza só pode ser considerada no segundo caso e o segundo admite que é possível formar expectativas a partir de instituições duradouras.

No caso dos Pós-Keynesianos, a instituição duradoura é o “Big Government”, capaz de, pelo menos no curto prazo, enquanto as inovações não criam uma nova instabilidade, mobilizar o sistema para o melhor estado possível. Para os Austríacos, no entanto, as instituições duradouras estão relacionadas às formações espontâneas do processo de mercado, como o sistema de preços, o que remete diretamente à atividade empresarial descrita por Kirzner (2015) e seu efeito de promover a coordenação, ainda que apenas de padrões, como defendem O'Driscoll Jr. e Rizzo (1996), ou de servir como esquemas de orientação, como defende Lachmann (1977).

Além da inconsistência Pós-Keynesiana, a dificuldade de alguns Austríacos em entender ou aceitar o que une a teoria sobre a ação empresarial entre os autores dessa escola de pensamento também está na raiz desse debate e, por isso, faz-se fundamental entender como o *Economics of Time and Ignorance* teve sucesso em tornar coerentes as descrições de Kirzner e Lachmann sobre a presença da incerteza no processo de mercado e como, ao mesmo tempo, este livro falhou em entender a inconsistência Pós-Keynesiana em considerar esse mesmo conceito em suas teorias bancária e de ciclos econômicos e em adotar o método “histórico”, como o define Bresser-Pereira (2009), para derivar suas propostas de política econômica, de modo que o passado forneceria as respostas para a ação presente que visa ao futuro. Claramente, esse método é incompatível não só com o sistema caleídico, mas com qualquer sistema dinâmico.

REFERÊNCIAS

[ANDRADE III](#), Paulo Hora. Uma reflexão sobre a história recente da Escola Austríaca. **MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics**, v. 6, n. 2, 2018.

[BARBIERI](#), Fábio. **História do debate do cálculo econômico socialista**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.

[BARBIERI](#), Fabio. **O processo de mercado na escola austríaca moderna**. 2001. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

[BOEHM](#), S; [FARMER](#), K. Why the acrimony? Reply to Davidson, Critical Review. **Journal of Politics and Society**, 1993.

[BOETTKE](#), Peter. **Handbook on contemporary Austrian economics**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2010.

[a](#) [b](#) [c](#) [BRESSER-PEREIRA](#), Luiz Carlos. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. **Revista de Economia Política**, v. 29, n. 2, p. 163, 2009.

[CALDWELL](#), Bruce J. Post-Keynesian methodology: an assessment. **Review of Political Economy**, v. 1, n. 1, p. 43-64, 1989.

[CALDWELL](#), Bruce; [HUTCHISON](#), Terence. CONTRA KEYNES AND CAMBRIDGE. The collected works of Hayek v.9. **Economic Affairs**, v. 16, n. 2, 1996.

[a](#) [b](#) [c](#) [CARVALHO](#), Fernando JJ Cardim de. Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana. **Análise econômica**, v. 26, n. 50, 2008.

[a](#) [b](#) [c](#) [DAVIDSON](#), P. Austrians and Post Keynesians on economic reality: Rejoinder to critics, Critical Review. **Journal of Politics and Society**, 1993.

[a](#) [b](#) [c](#) [DAVIDSON](#), P. **Financial Markets, Money and the Real World**. Northampton: Edward Elgar, 2002.

[a](#) [b](#) [c](#) [DAVIDSON](#), P. **The economics of ignorance or ignorance of economics?**. Critical Review, 1989.

DEMPSTER, Gregory M. Austrians and post keynesians: the questions of ignorance and uncertainty. **Quarterly Journal of Austrian Economics**, v. 2, n. 4, p. 73-81, 1999.

GARRISON, Roger W. **The Austrian School**. Snowden B. and Vane HR, 2005.

a b c GERRARD, B. **Method and methodology in Keynes's General Theory**. A Second Edition of the General Theory. London: Routledge, 1997, p. 166-202.

a b HAYEK, F.A. **Individualism and economic order**. Chicago: University of Chicago Press, 1948.

a b HAYEK, F.A. **Studies in philosophy, politics and economics**. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

a b HAYEK, F. A. **The Counter-Revolution of Science: Studies on the Abuse of Reason**. Indianapolis: Liberty Fund, 1979.

HAYEK, F.A. **Denationalization of Money - The Argument Refined: An Analysis of the Theory and Practice of Concurrent Currencies**. Londres: Institute for Economic Affairs, 1976.

a b c KEYNES, J.M. **General theory of employment, interest and money**. Har-court, Brace and Co., New York, 1936.

a b c KIRZNER, Israel M. **Competition and entrepreneurship**. Chicago: University of Chicago Press, 2015.

a b c LACHMANN, L.M. **Capital, Expectations and the Market Process: Essays on the Theory of the Market Theory**. Kansas: Sheed Andrews and McMeel, 1977.

a b c LACHMANN, L.M. **Macro-economic thinking and the market economy**. Londres: Institute of economic affairs, 1973.

a b LACHMANN, L.M. **The Market as an Economic Process**. Oxford: Wiley-Blackwell, 1986.

a b LEESON, Peter; BOETTKE, Peter. Was Mises Right?. **Review of Social Economy**, v. 64, p.247-265, 2006.

[a](#) [b](#) [c](#) MENGER, Carl. **Principles of Economics**. New York: New York University, 1976.

[a](#) [b](#) [c](#) MINSKY, H.P.; KAUFMAN, H. **Stabilizing an unstable economy**. Nova York: McGraw-Hill, 2008.

[a](#) [b](#) [c](#) MISES, L. **Human action**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2004.

[a](#) [b](#) [c](#) O'DRISCOLL JR, G.P.; RIZZO, M. J. **Austrian economics re-examined: the economics of time and ignorance**. Londres: Routledge, 1996.

[a](#) [b](#) [c](#) PRYCHITKO, L. After Davidson, who needs the Austrians? Reply to Davidson, Critical Review. **Journal of Politics and Society**, 1993.

[a](#) [b](#) [c](#) RUNDE, J. Paul Davidson and the Austrians: Reply to Davidson, Critical Review. **Journal of Politics and Society**, 1993.

[SALERNO](#), J.T. Ludwig von Mises as social rationalist. **The Review of Austrian Economics**, v. 4, n. 1, p. 26-54, 1990.

[SALERNO](#), J.T. Mises and Hayek dehomogenized. **The Review of Austrian Economics**, v. 6, n. 2, 1993.

[a](#) [b](#) TORR, C. What can Austrian economists learn from the post Keynesians? Reply to Davidson, Critical Review. **Journal of Politics and Society**, 1993.

[VAUGHN](#), K.I. **Austrian economics in America: The migration of a tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.